

**PROJETO DE LEI Nº 2735.09, DE 13 DE JULHO DE 2022.**

**ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL**

Concede o Piso Salarial aos Agentes Comunitários de Saúde e Agente Epidemiológico e Ambiental em Saúde, altera o coeficiente salarial do Quadro de Empregos de Pessoal Contratado criado no artigo 3º e da Tabela de Pagamento dos Empregos no artigo 10, da Lei Municipal Nº 1667.06, de 09 de março de 2010.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO**, Estado do Rio Grande do Sul,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**L E I**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, a partir de 1º de maio de 2022, data estabelecida pela Emenda Constitucional nº 120, de 05/05/2022, o Piso Salarial Nacional de R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais), para o cumprimento de 40 horas semanais, aos empregos de Agente Comunitário de Saúde e Agente Epidemiológico e Ambiental em Saúde.

**§ 1º** O Valor será reajustado na mesma ocasião e mesmo índice do reajuste concedido pelo Governo Federal, específico para o emprego de Agente Comunitário de Saúde e Agente Epidemiológico e Ambiental em Saúde, não mais estando vinculando aos reajustes dos servidores públicos municipais.

**§ 2º** Fica excluído o coeficiente salarial de que dispõem o Quadro de Empregos de Pessoal Contratado e a Tabela de Pagamento dos Empregos para os empregos públicos de Agente Comunitária de Saúde e Agente Epidemiológico e Ambiental em Saúde, alterando-se para PISO NACIONAL.

**Art. 2º** - Em razão da alteração disposta no artigo 1º da presente Lei, fica alterado o coeficiente salarial no Quadro de Empregos de Pessoal Contratado, criado no artigo 3º da Lei Municipal Nº 1667.06, passando para "Piso Nacional" a referência para pagamento dos vencimentos de Agentes Comunitários de Saúde e Agente Epidemiológico e Ambiental em Saúde, conforme Portaria Nº GMMS Nº 2.109, de 30 de junho de 2022.

...

Número de Empregos	Denominação da Categoria Funcional (emprego)	Coeficiente Salarial	Padrão
06	Agentes Comunitários de Saúde	Piso Nacional	1
01	Agente Epidemiológico e Ambiental em Saúde	Piso Nacional	2
...			

NR...

**Art. 3º** - Fica alterada a Tabela de Pagamento dos Empregos/Quadro de Empregos do Pessoal Contratado, constante no artigo 10 da Lei Municipal nº 1667.06, de 09 de março de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Nível	Coeficiente	Salário
Salarial	Salarial	R\$
1	Piso Nacional	2.424,00
2	Piso Nacional	2.424,00
3	...	...
4	...	...

NR...

**Art. 4º** Considerando que o piso salarial dos Agentes foi estabelecido pela Portaria nº 2.109, de 30 de junho de 2022, obedecendo à Emenda Constitucional Nº 120 de 05/05/2022 e, conforme Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que fixou o piso dos agentes de forma escalonada ao longo dos anos, deve esta lei produzir efeitos retroativos, no que concerne aos meses de maio, junho e julho de 2022.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias das Secretarias respectivas de lotação.

**Art. 6º** - Permanecem inalterados e ficam revigorados todos os dispositivos da Lei Municipal Nº 1667.06, de 09 de março de 2010.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 8º** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,  
Em 19 de julho de 2022.

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretária de Administração e Planejamento

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2726.09/2022.  
Ao Projeto de Lei Nº 2735.09/2022.

Senhor Presidente e  
Senhores Vereadores:

Através do presente Projeto estamos solicitando a alteração da Lei 1667.06, de 09/03/2010, que "Dispõe sobre o Quadro de Empregos do Pessoal Contratado, cria os empregos, estabelece o Plano de Pagamento, e dá outras providências".

De uma série de motivos que urgem pela modificação da Lei supracitada, primeiramente levamos em consideração que a determinação do reajuste é oriunda da Portaria Federal nº 2109, de 30 de junho de 2022, fixadora do valor do incentivo financeiro Federal de custeio referente aos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate a Endemias, tendo a referida considerado como texto-base o Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde, não restando dúvida tratarmos aqui de Política e Recurso oriundo da Esfera Federal.

Nesta linha de raciocínio, o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agente de Combate a Endemias - ACE foram efetivamente aumentados com efeitos retroativos ao mês de maio de 2022, quando da Emenda Constitucional nº 120, de 05/05/2022, o que gerou a Portaria nº 2109, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que fixou o piso dos agentes de forma escalonada ao longo dos anos.

Não é fato novo ao direito administrativo que a situação prática das detentoras dos cargos que ora se busca modificar a remuneração encontra-se em difícil enquadramento, sob o prisma de que embora sejam tecnicamente empregadas públicas do município, recebam remuneração de programa advindo da esfera federal. Dessa forma, compete à Administração modificar sua remuneração, por determinação federal, através da alteração à Lei Municipal nº 1667.06, ora proposta.

À consideração de Vossas Senhorias.

Atenciosamente

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal